

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.414.238 - SP (2018/0329290-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : PAULO CESAR DE OLIVEIRA LIMA
AGRAVANTE : LUCIANE CAPPELLAZZO DE OLIVEIRA LIMA
AGRAVANTE : AGRIPINO DE OLIVEIRA LIMA FILHO
ADVOGADOS : PÉRICLES LANDGRAF ARAÚJO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -
PR018294
HENRIQUE JAMBISKI PINTO DOS SANTOS - PR031694
FAUSTO LUÍS MORAIS DA SILVA - PR036427
AGRAVADO : UNIÃO
INTERES. : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) contra decisão que inadmitiu o recurso especial em virtude da incidência das Súmulas n. 5 e 7 do STJ (e-STJ fls. 1.544/1.547).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 1.475):

PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO CONSTITUTIVA NEGATIVA - TRANSAÇÃO - AUSÊNCIA DE QUALQUER DAS NULIDADES PREVISTAS NO CÓDIGO CIVIL - IMPOSSIBILIDADE - RECURSO DESPROVIDO - SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU MANTIDA, NOS SEUS TERMOS.

1. Não cabe ao Poder Judiciário rediscutir os termos e o conteúdo da transação, a fim de anular as taxas de juros e a capitalização destes, etc. Isso porque tais questões nada têm a ver com dolo, violência, ou erro essencial quanto á pessoa ou coisa controversa, únicos temas que são passíveis de discussão na pretensão destinada a anular transação homologada em Juízo. Precedentes do STJ e desta Corte.

2. Recurso da parte autora desprovido. Manutenção da r. sentença de origem em seus próprios termos e fundamentos.

No recurso especial (e-STJ fls. 1.477/1500), fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da CF, os agravantes apontaram ofensa aos arts. 337, § 2º, e 503 do CPC/2015. Sustentaram, em síntese, ausência de coisa julgada, ante a falta de identidade da causa de pedir entre as ações.

No agravo (e-STJ fls. 1.577/1.603), afirmam a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Sem contraminuta.

É o relatório.

Decido.

Da análise dos autos, verifica-se que os artigos indicados no recurso especial não foram apreciados pelo Tribunal de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para sanar eventual omissão.

Portanto, ausente o prequestionamento da matéria, incide o teor das Súmulas n.

Superior Tribunal de Justiça

282 e 356 do STF.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator